

# Covas e Richa contra interferência

por Zanoni Antunes  
de Brasília

A definição da duração do mandato do presidente José Sarney, segundo a opinião de figuras expressivas do PMDB, como a dos senadores José Richa e Mário Covas, só deverá ser discutida ao final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Para eles, debater agora o mandato presidencial é permitir que haja interferência do Poder Executivo na Constituinte.

A tese de que o presidente José Sarney gostaria de ver logo resolvida a questão de seu mandato, principalmente para que possa tratar do encaminhamento da dívida externa, é, na opinião do senador Mário Covas, "um argumento fraco".

Ele acha que o problema deve ser encarado poli-

ticamente a nível do seu partido, o PMDB, "porque não vejo aliança (Aliança Democrática) aqui dentro".

O senador José Richa, por sua vez, argumenta que as negociações sobre a dívida externa são desenvolvidas "de país para país" e que, portanto, não vê razão para que o presidente "atropеле em busca de uma decisão agora".

Já o deputado Pimenta da Veiga, do PMDB de Minas, acha que o partido deve tomar uma posição quanto à oportunidade de se discutir o mandato do presidente ou deixar para mais tarde, quando a Constituinte concluir os seus trabalhos. O fórum ideal para isso, segundo Pimenta da Veiga, é a Comissão Executiva do partido.

Outro constituinte que é considera prematura a discussão, agora, sobre a du-

ração do mandato do presidente José Sarney e o líder PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Argumenta ele que é cedo para tratar do assunto, uma vez que a Assembléia é quem decidirá sobre a forma de governo do País: presidencialista ou parlamentarista.

Fernando Henrique Cardoso também confirmou a conversa que o presidente José Sarney manteve com os principais líderes partidários logo após o resultado das urnas de 15 de novembro último. Nesta conversa, segundo Cardoso, o presidente pediu a esses líderes uma definição política sobre a duração do seu mandato.

O deputado Prisco Viana, do PMDB da Bahia, ao ser lembrado do compromisso de Tancredo Neves, quando da formação da Aliança Democrática, de que a

Constituinte definiria a duração do seu mandato, disse que ele, Tancredo Neves, era favorável a uma duração de quatro anos e indagou: "Onde está escrito isso?"

Na sua opinião, Prisco Viana entende que o mandato de Sarney deve ser decidido agora, lembrando que o mandato em vigência pela atual Constituição é de seis anos.

O Constituinte Hélio Duque, ao contestar a afirmação do seu colega de partido Prisco Viana, disse que o deputado baiano não poderá lembrar-se do compromisso de Tancredo Neves "porque enquanto estávamos lutando pela transição democrática ele (Prisco) estava lutando pela candidatura derrotada de Paulo Maluf" e concluiu: "É um cristão novo dentro do PMDB e como tal se deve comportar".